

Internacionalização do ensino superior: para além da mobilidade internacional

Marina Sousa¹

Instituto Superior de Engenharia do Porto
ISRC - Interdisciplinary Studies Research Center, ISEP

Teresa Nogueira

Instituto Superior de Engenharia do Porto
CIETI - Centro de Inovação em Engenharia e Tecnologia Industrial, ISEP

Ana Barata

Instituto Superior de Engenharia do Porto
GILT - Games, Interaction and Learning Technologies, ISEP

Ana Moura

Instituto Superior de Engenharia do Porto
LEMA - Laboratório de Engenharia Matemática, ISEP

Carlos Félix

Instituto Superior de Engenharia do Porto
CONSTRUCT - Instituto de I&D em Estruturas e Construções, FEUP

Nuno Escudeiro

Instituto Superior de Engenharia do Porto
GILT - Games, Interaction and Learning Technologies, ISEP

Vítor Costa

Instituto Superior de Engenharia do Porto
LEMA - Laboratório de Engenharia Matemática, ISEP

Resumo

A internacionalização não pode ser implementada na ausência do entendimento sobre as mudanças permanentes a que o mundo global está hoje sujeito e o seu propósito deve ser a melhoria da qualidade e dar um contributo significativo para a sociedade.

Mesmo na presença de um número considerável de estratégias internacionais, nacionais, regionais e locais que dinamizam a internacionalização através da mobilidade, o número de estudantes em mobilidade internacional na área da OCDE² em 2015 representa cerca de 5,6% das matrículas a nível mundial, valor que demonstra que a maioria dos estudantes são-no no seu país de origem. O padrão de mobilidade concentra-se num pequeno conjunto de países, moldado por fatores de proximidade, e os maiores países anfitriões são as economias avançadas de língua inglesa.

¹ Endereço de contacto: mas@isep.ipp.pt

² OCDE-Organização para a Cooperação Económica Europeia

Proporcionar excelentes oportunidades de mobilidade é fundamental, mas além de oferecer oportunidades para a pequena proporção de estudantes que pode estudar fora, a instituição deve esforçar-se para oferecer, a todos, as competências necessárias para obter sucesso no mundo global. O objetivo desta comunicação é discutir o conceito de internacionalização *at-home* e a criação de uma cultura promotora da compreensão internacional ou intercultural que não implique necessariamente o envolvimento em programas de mobilidade ou outras atividades além-fronteiras.

Palavras-chave: Internacionalização do ensino superior; Internacionalização *at-home*; Interculturalidade e internacionalidade; Cidadania global.

Abstract

Internationalisation cannot be thought without accurately understanding the persistent changes the global world is facing, and its utmost purpose must be to improve education and research quality as well as significantly contribute to society.

Even with a meaningful number of international, national, regional and local initiatives actively promoting internationalisation through mobility programs, the students involved in international mobility in the OECD area in 2015 represent 5,6% of the number of students enrolled all over the world, which reveals that most students stay in their home country. The mobility pattern is still concentrated in a reduced amount of countries, strongly influenced by geographical factors, being the most developed English-speaking economies those that hold the hosting hegemony.

Creating excellent mobility opportunities is fundamental; however, besides making opportunities available for the few that may study abroad, institutions must seek to endow all students with the required skills to reach success in the global world.

Hence, this communication aims to discuss the concept of internationalization at-home, and its application, focusing on internationalisation activities within the campus. It presents and discusses the creation of a culture that promotes international and intercultural understanding without the need for enrolling in mobility programs or other activity outside borders.

Keywords: Internationalisation of higher education; Internationalisation at-home; Interculturality and internationality; Global citizenship

Introdução

A década de 1980-1990 dos finais do século XX introduz profundas mudanças nos contextos económico, social e cultural da generalidade dos países desenvolvidos. Vários fatores contribuíram para catalisar essa mudança económico-social, com o início de um ciclo de industrialização intensiva e uma rápida mundialização das transações económicas, facilitadas pelos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação. Em consequência, o setor do Ensino Superior fica sob pressão crescente para se adaptar às rápidas mudanças sociais, tecnológicas e às forças económicas e políticas que emanam de imediato, determinando o contexto de crescimento, complexidade e competitividade da economia global: entramos assim na era da globalização. Numa perspetiva generalista podemos entender a globalização como a pressão internacional para estabelecer mercados livres, indústrias do conhecimento, reduzir barreiras ao movimento de capital financeiro e de pessoas, e promover e aceitar interdependência num processo de convergência e de integração (Altbach & Knight, 2007).

Nesta era da globalização foi investido capital na emergente indústria mundial do conhecimento, incluindo o ensino superior e a formação profissional. Este investimento reflete a emergência da sociedade do conhecimento, o crescimento dos setores de serviços, e a dependência de muitas sociedades de produtos do conhecimento e de pessoal com educação superior para os seus fins de crescimento económico. Os resultados da globalização incluem a integração da investigação, o uso do inglês como língua comum para a comunicação científica, o crescimento do mercado de trabalho para estudantes e investigadores, o desenvolvimento das empresas das tecnologias da informação e comunicação e de tecnologias e meios de publicação e de eficiente acesso, disseminação e acumulação internacional do conhecimento (Fox & Hundley, 2011; Marginson & Wende, 2007).

A globalização altera drasticamente a cultura do ensino superior, no entanto a natureza do ensino superior é tradicionalmente a da cooperação e não a da competição (H. Wit, 2010), pelo que este responde à

globalização aceitando internacionalizar-se através da integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na sua missão (Knight, 2004).

A internacionalização é assim a resposta das instituições de ensino superior à globalização, mas não é unidirecional, é simultaneamente uma força catalisadora da globalização, tanto quanto esta é uma força aceleradora da internacionalização (Foskett & Maringe, 2010). A globalização e a internacionalização são duas faces da mesma moeda: enquanto a internacionalização valoriza as diferenças, hierarquias e hegemonias, a globalização valoriza o que é comum, subvertendo hierarquias e hegemonias (Scott, 2000).

Nos últimos anos, alterações significativas são visíveis no panorama da internacionalização dos sistemas de ensino superior: o aparecimento da formulação de estratégias nacionais na intervenção dos decisores políticos e abordagens mais estratégicas por parte das instituições de ensino superior, que dão lugar ao surgimento de novas atividades de internacionalização (H. Wit, Hunter, Howard, & Egron-Polak, 2015). A maioria das estratégias nacionais mantém a tradicional mobilidade de estudantes e académicos, mas acrescentam novos focos como a obtenção de lucro, a captação de talento e o aumento da reputação e visibilidade internacional dos seus sistemas de ensino superior e incorporam novas atividades como o estabelecimento de polos no estrangeiro, cursos em regime de franquia ou a aprendizagem digital.

Mesmo na presença de um número significativo de estratégias nacionais, regionais e internacionais que promovem ativamente a internacionalização, o número de estudantes em mobilidade internacional na área da OECD³ em 2015 representa cerca de 5,6% das matrículas em todo o mundo (OECD, 2017). O padrão de mobilidade está ainda concentrado num pequeno conjunto de países e muito moldado por fatores de proximidade. Os maiores países anfitriões são as economias avançadas de língua inglesa: Estados Unidos (30% do total de estudantes internacionais na área da OECD), Reino Unido (14%) e Austrália (10%), embora a França, a Alemanha e a Federação Russa também atraíam um número significativo de estudantes. A maioria dos estudantes em mobilidade nos países da OCDE são originários da China (20%), seguido pela Índia (7%), Alemanha (4%), Coreia, França e Arábia Saudita (variando entre 2 e 3%) (OECD, 2017). Destes números é possível concluir que a internacionalização através da mobilidade física reflete a desigualdade internacional existente entre nações e regiões do mundo.

No âmbito regional, o programa com maior difusão é o ERASMUS, que se aplica a estudantes e a pessoal docente e não-docente. No que diz respeito aos estudantes, o programa estabelece como objetivo para 2020 que 20% tenham acesso, durante a sua vida académica, a um período de estadia no estrangeiro (European Commission, 2014). Mesmo que o programa consiga atingir o objetivo, restam ainda 80% de estudantes que nunca terão sob a responsabilidade da sua instituição de ensino uma experiência internacional que implique essa estadia mais ou menos prolongada fora do seu país de origem.

Importa, no entanto, referir que existem diversas iniciativas financiadas pela Comissão Europeia, já desde a primeira década do ano 2000, que têm como fito alargar as possibilidades de envolvimento dos estudantes do ensino superior numa experiência internacional sem se deslocarem do seu país.

Abrangidos pela subação “Projetos ERASMUS de Desenvolvimento Curricular”, são exemplos projetos como o programa *European Primary Teacher Education (EPT)*, envolvendo a Universidade de Ljubljana (Faculty of Education, 2017) ou no âmbito da criação de “Parcerias Estratégicas”, como o projeto *Open Virtual Mobility (OpenVMProject, 2019)*, em curso desde 2017 e liderado pela European Association of Distance Teaching Universities (European Association of Distance Teaching Universities, 2019)

Aos diversos projetos financiados ao abrigo do anterior *Longlife Learning Programme*, atual Erasmus+, junta-se a iniciativa da própria Comissão Europeia que, em 2018, anunciou a versão online das ações de mobilidade Erasmus+ com a divulgação do *European Youth Portal* (europa.eu., 2018), integrante do auto financiado *Erasmus+ Virtual Exchange*. Este projeto que tem como objetivo promover o diálogo intercultural e a melhoria das competências de pelo menos 25 mil jovens através de ferramentas digitais de aprendizagem e que, enquadrando todas as suas atividades nos conteúdos curriculares do ensino superior, pretende, assim complementar o programa de mobilidade física tradicional. (European Commission, 2018).

³ Organisation for Economic Co-operation and Development

Na realidade, a maioria geral dos estudantes são-no no seu país de origem, e revelam-se pouco inclinados a participar em atividades internacionais ou interculturais. De facto, a prática da maioria das instituições é local e às vezes até paroquial. Os interesses dos múltiplos *stakeholders* que se cruzam no *campus* são, em geral, diferenciados, e muitas vezes sobrepõem-se às orientações políticas e às pressões económicas, gerando uma diferença significativa entre o enunciado das estratégias nacionais e (ou) institucionais e a realidade vivida intramuros (Teekens, 2013).

No entanto, as instituições de ensino superior têm, nesta era da globalização, a responsabilidade de preparar todos os seus estudantes para viver e trabalhar numa sociedade complexa, na qual a dimensão global e a dimensão local estão cada vez mais interligadas (Nussbaum, 2002).

A internacionalização não pode assim ser implementada numa instituição de ensino superior na ausência do entendimento sobre as mudanças permanentes a que o mundo global está hoje sujeito e esta não pode demitir-se das suas responsabilidades na preparação da maioria dos seus estudantes para trabalhar e viver. Nos pontos seguintes discutem-se o conceito de internacionalização do ensino superior e o papel fundamental que a internacionalização *at-home* assume no cumprimento da missão das instituições de ensino superior.

1. A Internacionalização do Ensino Superior

Não existe uma definição consensual sobre o conceito de internacionalização, alguns autores recorrem até aos adjetivos confusão e complexidade para se referir ao significado de internacionalização, dando nota da existência de muitos discursos e debates sobre esta questão, (Knight, 2004). A complexidade advém da natureza multidisciplinar da internacionalização e a confusão resulta da utilização da terminologia das operações como se se tratasse do conceito em si.

Recentemente, um grupo de trabalho constituído pelas entidades CHEI⁴, IAU⁵ e EAIE⁶, a pedido do Parlamento Europeu, levou a cabo um exercício de *Painel Delphi*, que enunciou a seguinte definição:

O processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na missão, funções e produtos do serviço de ensino superior, com o propósito de melhorar a qualidade do ensino e investigação para todos os estudantes e académicos, e dar um contributo significativo para a sociedade. (H. Wit et al., 2015, p. 33).

Esta definição realça a necessidade de ter em conta os vários níveis de intervenção no processo de internacionalização do ensino superior, engloba todas as funções e reflete a consciência de que o processo deve ser inclusivo e não elitista, devendo-se focar em todos os estudantes e académicos, e no papel que desempenha na sociedade. Enfatiza ainda que a internacionalização não é um fim em si mesmo, mas um meio para melhorar a qualidade, pelo que não se deve focar apenas nas motivações de natureza instrumental ou mesmo económica (H. Wit et al., 2015).

No entanto, é possível perceber no panorama do ensino superior abordagens predominantemente instrumentais ou económicas. Estas abordagens são induzidas por uma perceção empresarial do ensino superior que envolve um conjunto denso de processos sociais, económicos, políticos e culturais e promove a concorrência global entre instituições de diversos países, e dos países pelo reconhecimento de prestígio das suas instituições. Em consequência, estas abordagens podem conduzir a um conjunto de grandes equívocos, dos quais destacamos: internacionalizar é ensinar na língua inglesa, internacionalizar é ter muitos estudantes estrangeiros ou internacionalizar é ter muitas parcerias internacionais (Knight, 2011; H. d. Wit, 2011).

Ensinar na língua inglesa em alternativa a ensinar na língua materna pode ter efeitos muito negativos que é necessário acautelar, por poder conduzir à perda progressiva de identidade cultural (Phillipson, 2006) e se não for garantida a qualidade do domínio do inglês pelos professores e pelos estudantes leva a um claro

4 Centre for Higher Education Internationalisation

5 International Association of Universities

6 European Association for International Education

declínio na qualidade do ensino/aprendizagem (Coleman, 2006; Helm & Guarda, 2015). Adicionalmente, o multilinguismo é um precioso ativo europeu e é altamente valorizado pelos estudantes internacionais e deve ser incentivado tanto no ensino como na investigação, para que estes possam integrar-se com sucesso nos países de acolhimento (Comissão das Comunidades Europeias, 2013).

Embora a presença simultânea de estudantes locais e internacionais, na sala de aula ou na instituição, possa contribuir significativamente para a internacionalização da instituição, simplesmente ter estudantes internacionais não é suficiente para atingir esse objetivo, e são vários os casos que são reportados na literatura de como os estudantes internacionais se sentem marginalizados social e academicamente e muitas vezes experimentam tensões étnicas ou raciais (Reid & Radhakrishnan, 2003; Ritter, 2016). A prática mostra que os estudantes internacionais tendem a unir-se em grupos e não a integrar-se nos grupos dos estudantes domésticos, não se envolvendo assim de forma significativa com a cultura do país de acolhimento (Harrison & Peacock, 2010).

A gestão das parcerias internacionais exige um profundo conhecimento dos desenvolvimentos internacionais, domínio da cultura e da sensibilidade das instituições com que são celebradas, uma vasta gama de competências de diplomacia, negociação, trabalho em rede e trabalho em parceria (Middlehurst, 2008), e dificilmente será eficaz numa estratégia que privilegia a quantidade à qualidade e/ou recorre ao estabelecimento de acordos internacionais numa tentativa de melhorar a imagem e o prestígio, mas sem que resultados produtivos deles advenham.

A internacionalização do ensino superior, para efetivamente melhorar a qualidade do ensino e responder às necessidades sociais, deve ter em conta a importância do contexto e da cultura local sob pena de ser tornar essencialmente um agente de homogeneização e deve ser gerida por cada instituição como um processo de integração das dimensões intercultural, internacional e global nos seus objetivos e nas suas funções, com uma avaliação constante dos riscos e das externalidades negativas que a internacionalização pode introduzir (Hénard, Diamond, & Roseveare, 2012; Knight, 2012).

2. Internacionalização *at-home*

O conceito de internacionalização *at-home* desempenha um papel útil em determinados contextos, particularmente naqueles no qual a ênfase dos esforços de internacionalização tem sido tradicionalmente a mobilidade.

Embora no plano teórico todos os estudantes e académicos tenham a possibilidade de vivenciar uma experiência académica no exterior, muitos deles - por diversos motivos - preferem não o fazer. A mobilidade é uma opção praticamente excluída para os estudantes que simultaneamente estudam e trabalham, ou para aqueles que já têm uma família, ou até para as mulheres por motivos culturais ou religiosos, ou para a população estudantil que não domina outra língua que não a materna (Jos Beelen, 2007) e para muitos por questões financeiras (Wamboyea, Adekolab, & Sergic, 2015). Reconhecendo estas dificuldades, os vários níveis de intervenção estão a incluir nas suas políticas educacionais a internacionalização *at-home*.

Os conceitos associados à internacionalização *at-home* surgem com frequência em documentos políticos europeus, nacionais e institucionais. Por exemplo, a Comissão Europeia, em 2013, já afirmava que:

A presença, no campus de mentalidade internacional, de pessoal de ensino e de investigação estrangeiro, para além de estudantes estrangeiros, é um instrumento para expor à maioria estudantil não envolvida na mobilidade a abordagens internacionais; tem o potencial de melhorar o desempenho e a qualidade das instituições de ensino superior, porque encoraja o intercâmbio de material didático e promove o uso eficiente de *campi* virtuais, do material didático e da cooperação. As redes disciplinares e multidisciplinares potenciam o intercâmbio e a internacionalização do currículo (Comissão das Comunidades Europeias, 2013, p. 3).

A formulação desta política tem já resultados visíveis. De acordo com o último Barómetro da EAIE, mais de 20% das instituições europeias já considera a internacionalização *at-home* como uma das estratégias de internacionalização prioritárias (European Association for International Education, 2018). E alguns países, como a Holanda, estão particularmente ativos nesta temática, com as suas instituições a implementar uma ampla gama de atividades, embora ainda não seja clara a estratégia utilizada, nem estejam definidas as ferramentas de monitorização e avaliação de resultados (Galen & Giesen, 2016).

Neste contexto, torna-se fundamental que o conceito seja entendido com clareza. Este surge com a

argumentação de que é fundamental que o processo de internacionalização inclua todos os estudantes de uma instituição e não apenas os que aderem aos programas de mobilidade. Mesmo para os estudantes que se envolvem na mobilidade, não é garantido que um programa ou um curso ministrado em outro país realmente desenvolva a consciencialização dos estudantes sobre questões internacionais e interculturais: abertura de espírito, compreensão e respeito pelas outras pessoas e suas culturas, valores e formas de viver, compreensão da natureza do racismo, etc. (Crowther et al., 2000).

Adicionalmente, a introdução de elementos internacionais e interculturais nas atividades de uma instituição durante toda a formação dos estudantes, por um período mais longo de tempo, pode até ser mais eficaz do que a mobilidade estudantil (Nilsson, 2003; Soria & Troisi, 2014).

No entanto, é importante salientar que de forma alguma a internacionalização *at-home* visa impedir ou substituir as atividades de mobilidade, até porque esta pode ser um motor para dotar os estudantes com as competências que necessitam para estudar no exterior, quebrando algumas das barreiras que existem ao aumento da mobilidade (Jos Beelen, 2007).

Aliás, na Europa, os sucessivos programas de financiamento à reforma do ensino superior conduzida pela União Europeia, de que o ERASMUS+ é provavelmente o mais bem-sucedido, foram conduzindo a alterações do desenho das formações, que resultaram num incremento da internacionalização dos currículos, impulsionadas pela necessidade de criar condições logísticas à mobilidade (J. Beelen & Jones, 2015).

O conceito coloca assim o foco nas atividades de internacionalização dentro do *campus* e tem como principal objetivo a criação de uma cultura ou clima que promova ou apoie a compreensão internacional ou intercultural, sem que os estudantes ou os professores tenham necessariamente de se envolver em programas de mobilidade ou em outras atividades para além-fronteiras.

A definição do conceito foi naturalmente evoluindo ao longo dos últimos anos, sendo a mais atual: “a internacionalização *at-home* é a integração intencional das dimensões internacional e intercultural no currículo formal e informal para todos os alunos em ambiente de aprendizagem doméstico” (J. Beelen & Jones, 2015, p. 69).

A definição, apesar de sucinta, enfatiza a inclusão intencional das questões internacionais e interculturais, a inclusão de todos os estudantes e inclui os conceitos de currículo formal e informal que destaca a importância de se considerarem as oportunidades de aprendizagem intercultural e/ou internacional nas comunidades locais e outros mecanismos tais como a participação em atividades de investigação e em atividades extracurriculares (Knight, 2003; Shailer, 2006).

3. Currículo formal e informal: como internacionalizar

A variedade de definições em relação ao conceito de currículo é significativa, não só pelas diversas perceções dos vários *stakeholders* envolvidos, mas também pela natureza dinâmica do conceito derivada da necessidade de responder às constantes mudanças na sociedade.

A classificação em currículo formal e informal é particularmente útil para a construção de um referencial que permita estabelecer as bases da implementação da internacionalização *at-home*.

O currículo formal refere-se “ao plano de estudos, bem como ao cronograma ordenado e planeado de experiências e atividades que os estudantes devem realizar como parte de seu programa de graduação” (Leask, 2015, p. 8), que é comumente denominado currículo oficial. Por sua vez, o currículo informal refere-se “aos vários serviços de apoio, a atividades e a opções adicionais organizadas pela instituição que não são avaliadas e não fazem parte do currículo formal” (Leask, 2015, p. 8).

Dentro do âmbito do currículo informal, incluem-se os sistemas de crenças, os valores, os comportamentos, a linguagem, a expressão artística, o ambiente em que o ensino ocorre, as relações de poder, as regras sociais não escritas e as expectativas de comportamento que muitas vezes não são ensinadas diretamente, mas que afetam o sentido sobre o que é certo ou apropriado (Su, 2012), também denominado por currículo oculto e que desempenha um papel fundamental na preparação intercultural dos estudantes (Leask, 2009).

Nas várias dimensões do currículo, o objetivo é proporcionar aos estudantes condições para adquirir competências internacionais (por exemplo competências em línguas estrangeiras e conhecimento sobre o desenvolvimento político, social e económico dos países/regiões) - e interculturais (por exemplo o

desenvolvimento da compreensão, respeito e empatia por pessoas com diferentes origens nacionais, culturais, sociais, religiosas e étnicas) (Jos Beelen, 2007).

Deve, no entanto, ser realçado que a internacionalização do currículo tem uma limitação importante. Não levará a uma submersão de 24 horas por dia num ambiente internacional da mesma forma que um período de estudo no estrangeiro. Os estudantes domésticos quando saem da instituição regressam ao seu ambiente cultural habitual, não falam outra língua em permanência, e não são confrontados com circunstâncias desconhecidas. A mobilidade de saída, portanto, continua a ser uma experiência valiosa (Jos Beelen, 2007). Clarificados os conceitos importa perceber como se internacionaliza um currículo. A estrutura proposta por Leask (2012) que se mostra na Figura 1, fornece uma estrutura conceptual para a implementação da internacionalização do currículo.

O modelo destaca o papel do contexto em que as instituições desenham os seus currículos. O contexto do ensino superior pode ser estudado como um campo organizacional constituído pelas instituições de ensino superior e por todos os conjuntos organizacionais relacionados, como as organizações internacionais, as organizações regionais, o Estado, as agências reguladoras, as associações profissionais ou as empresas. Esta rede complexa de inter-relações é fundamental para entender a resposta das instituições de ensino superior aos desafios que lhe são colocados pelo ambiente em que estão inseridas. O modelo salienta que estes efeitos não são unidireccionais, as organizações influenciam e são influenciadas umas pelas outras. A adicionar o contexto institucional, no qual cada instituição se coloca com a sua missão, valores e prioridades.

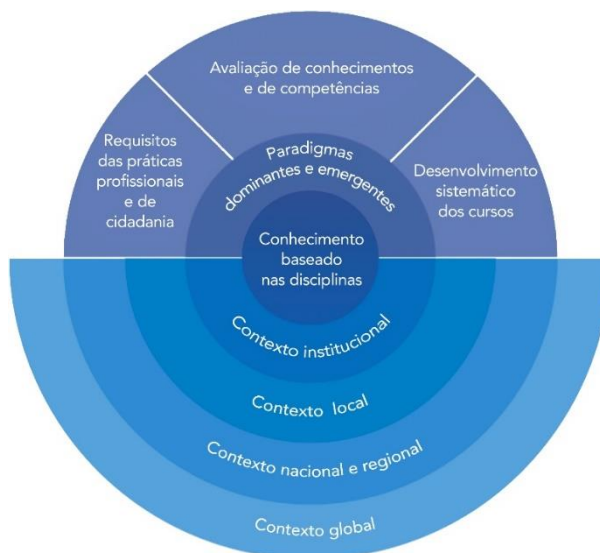


Figura 1. Estrutura conceptual da internacionalização do currículo. Adaptado de (Leask, 2012)

Na construção do currículo é necessário ter em conta os paradigmas dominantes e emergentes, os requisitos das práticas profissionais e de cidadania, a avaliação dos conhecimentos e das competências e o desenvolvimento sistemático dos cursos. No centro do modelo estão as disciplinas enquanto alicerces do conhecimento.

O desenho de um currículo envolve um conjunto de escolhas sobre que conhecimento e competências são incluídos, que são moldadas pelos paradigmas dominantes. Para uma efetiva internacionalização do currículo é fundamental refletir sobre os paradigmas emergentes e as mudanças que são necessárias introduzir, em particular sobre o papel do ensino superior na preparação dos estudantes para viver e trabalhar numa sociedade global.

O processo de avaliação é também uma ferramenta imprescindível na construção das competências interculturais e internacionais, para além da tradicional avaliação de conhecimentos, pelo que é mandatária a sua reformulação.

Por fim, o desenvolvimento sistemático assinalado na Figura 2, que pode ser suportado por um conjunto de fases que identificam a integração da internacionalização do currículo nas instituições: uma fase de sensibilização/consciência dos vários *stakeholders* de um *campus*, o compromisso coletivo no qual se destaca

o compromisso da gestão de topo, o planeamento, a implementação, e por fim um processo permanente de revisão e melhoria. A inclusão das ações de reforço, como o estabelecimento de incentivos e recompensas pelos progressos obtidos é também um importante contributo e um fator crítico de sucesso. Na fase de planeamento é necessário ter a consciência da preparação de todos os envolvidos, providenciando as ferramentas que tornam a implementação uma realidade. Esta abordagem, baseada no ciclo PDCA⁷ de melhoria contínua, permite à instituição deter uma metodologia sistemática, simples e flexível, que pode ser repetida até que a instituição avalie que a mudança que é necessária introduzir para que a internacionalização do currículo esteja consolidada.

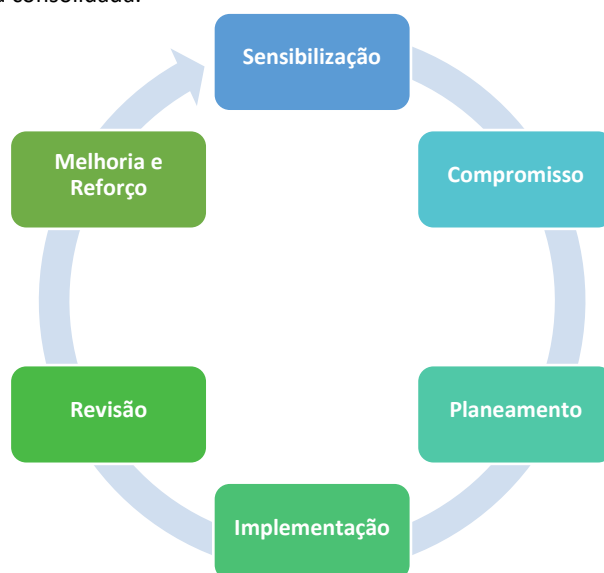


Figura 2. Desenvolvimento sistemático de um currículo internacionalizado

Um currículo internacionalizado deve conter conteúdos internacionais (por exemplo, relações internacionais ou direito europeu), as áreas tradicionais devem ser reforçadas por uma abordagem comparativa internacional, deve preparar os estudantes para profissões internacionais (por exemplo, gestão de empresas internacionais), deve incluir formação nas questões da comunicação intercultural, os programas interdisciplinares devem abranger mais do que um país (por exemplo estudos europeus) e devem conduzir a qualificações profissionais internacionalmente reconhecidas. A instituição pode reforçar a promoção de atividades extracurriculares que permitam aos estudantes e académicos a participação em atividades internacionais no campus, como a organização de workshops com as comunidades estrangeiras residentes, a melhoria das condições para que a interação com estudantes estrangeiros seja mais efetiva, exposições interculturais organizadas pelos estudantes, debates sobre cidadania global, entre tantas outras (Agnew & Kahn, 2014; Gaalen & Gielesen, 2016; Nilsson, 2003). A instituição detém uma enorme responsabilidade na promoção destas atividades, uma vez que a interação cultural não acontece de forma natural nem dentro, nem fora da sala de aula (Harrison & Peacock, 2010).

Estudos demonstram que os estudantes participam com maior frequência nas atividades extra curriculares de internacionalização dentro das suas instituições do que em mobilidade para fora do país, e que estas podem influenciar positivamente o desenvolvimento das competências globais, interculturais e internacionais dos estudantes tanto quanto - se não mais do que - as atividades além-fronteiras (Soria & Troisi, 2014).

Por fim, a questão do domínio de outras línguas que não a materna, que não pode ser mascarada pelas instituições com base no argumento de que as novas gerações estão mais preparadas nesta matéria. Neste

⁷ PDCA – Plan, Do, Check, Act

sentido a componente da formação em línguas estrangeiras necessita de ser integrada na internacionalização do currículo (Wächter, 2003).

Conclusões

É incontestável que a internacionalização provoca grandes desafios, mas também que cria grandes oportunidades para as instituições de ensino superior. Nas últimas duas décadas assistimos a um considerável aumento da complexidade da forma como as instituições integram a internacionalização. As abordagens tradicionais - como a mobilidade - estão bem consolidadas, mas não são suficientes para concretizar a responsabilidade das instituições na preparação de todos os seus estudantes para viver e trabalhar numa sociedade complexa, pois têm um público limitado e pouco impacto institucional.

Desde a sua introdução, o conceito da internacionalização *at-home* ganhou relevo no panorama da internacionalização do ensino superior. Assistimos a um crescente envolvimento dos vários níveis de decisão na formulação de políticas de promoção da internacionalização *at-home*. A introdução de uma dimensão internacional e intercultural no dia-a-dia de todos os seus estudantes é uma tarefa imensa, para a qual é fundamental garantir a existência de competências e capacidades de todos os envolvidos no seu desenvolvimento.

São instrumentos de concretização a dimensão internacional no currículo, a utilização de abordagens interdisciplinares para exploração dos conteúdos programáticos, a integração de atividades curriculares com atividades internacionais, ou o alargamento do conhecimento transmitido e a valorização da cultura para além da nacional.

No entanto, a internacionalização deve ser vista como um processo que requer formulação estratégica, avaliação e monitorização. Neste contexto, uma estrutura conceptual para a implementação da internacionalização do currículo assume particular relevo para a concretização da internacionalização *at-home*. Para que este seja efetivo, é necessário ter em conta os paradigmas dominantes e emergentes, os requisitos das práticas profissionais e de cidadania, a avaliação dos conhecimentos e das competências e o desenvolvimento sistemático dos cursos. As disciplinas, enquanto alicerces do conhecimento, assumem naturalmente o papel central da estratégia formulada.

Na concretização da internacionalização do currículo deve ser adotada uma abordagem sistemática suportada na sensibilização/consciência dos vários *stakeholders* de um *campus*, no compromisso coletivo, no planeamento e num processo permanente de revisão e melhoria, quer no currículo formal, quer no currículo informal.

A mobilidade virtual e os mecanismos digitais de partilha de experiências - que têm evidenciado um crescimento substantivo - surgem neste quadro como um poderoso aliado ao alargar as possibilidades de envolvimento dos estudantes numa experiência internacional sem se deslocarem do seu país.

A internacionalização *at-home* permite a exposição à dimensão internacional, não só de estudantes, mas também de pessoal docente e não-docente. Compete às instituições desenvolver os esforços necessários, auxiliadas por uma estrutura conceptual robusta e ferramentas de suporte, para tornar a sua implementação uma realidade.

Referências

- Agnew, Melanie, & Kahn, Hilary E. (2014). Internationalization-at-Home: Grounded Practices to Promote Intercultural, International, and Global Learning. *Working with Diverse Communities* 25(3), 31-46.
- Altbach, Philip, & Knight, Jane. (2007). The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11, 290-305.
- Beelen, J., & Jones, E. (2015). Redefining Internationalization at Home. In A. Curaj, L. Matei, R. Pricopie, J. Salmi & P. Scott (Eds.), *The European Higher Education Area* (pp. 59-72): Springer.
- Beelen, Jos. (2007). Implementing Internationalisation at Home. In EAIE Professional Development Series for International Educators (Ed.), (pp. 17-19). Amsterdam: European Association for International Education.
- Coleman, James A. (2006). English-medium teaching in European higher education. *Language Teaching* 39(1), 1-14.

- Comissão das Comunidades Europeias. (2013). Communication from the commission to the european parliament, the council, the european economic and social committee and the committee of the regions - European higher education in the world - COM(2013) 499 final.
- Crowther, Paul, Joris, Michael, Otten, Matthias, Nilsson, Bengt, Teekens, Hanneke, & Wächter, Bernd. (2000). Internationalisation at Home - A Position Paper: European Association for International Education (EAIE) in cooperation with the Academic Cooperation Association, IAK, IÉSEG, Nuffic, Katholieke Hogeschool Limburg and Malmö University.
- europa.eu. (2018). European Youth Portal: Information and opportunities for young people across Europe Retrieved October, 2019, from https://europa.eu/youth/erasmusvirtual_en
- European Association for International Education. (2018). The EAIE Barometer: Internationalisation in Europe, from www.eaie.org
- European Association of Distance Teaching Universities. (2019). Projects Retrieved October, 2019, from <https://eadtu.eu/home/projects>
- European Comission. (2018). Erasmus+ goes virtual Retrieved October, 2019, from https://europa.eu/youth/erasmusvirtual_en
- European Commission. (2014). Erasmus - Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2012-2013 Retrieved July, 2016, from http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/statistics/ay-12-13/facts-figures_en.pdf
- Faculty of Education. (2017). European Primary Teacher Education Retrieved October 2019, from <https://www.pef.uni-lj.si/epte.html>
- Foskett, Nicholas, & Maringe, Felix. (2010). *Globalization and internationalization in higher education : theoretical, strategic and management perspectives*. London ; New York: Continuum International Pub. Group.
- Fox, Patricia, & Hundley, Stephen. (2011). *The Importance of Globalization in Higher Education, New Knowledge in a New Era of Globalization*: InTech.
- Gaalen, Adinda Van, & Gielesen, Renate. (2016). Internationalisation at home: Dutch Higher Education Policies. In R. Coelen E. Jones, J. Beelen, H. de Wit (Ed.), *Global and Local Internationalization* (pp. 149-154): Sense Publishers.
- Harrison, Neil, & Peacock, Nicola. (2010). Cultural distance, mindfulness and passive xenophobia: Using Integrated Threat Theory to explore home higher education students perspectives on internationalisation at home. *British Educational Research Journal*, 36(6), 877-902.
- Helm, Francesca, & Guarda, Mart. (2015). "Improvisation Is Not Allowed in a Second Language": A Survey of Italian Lecturers' Concerns about Teaching Their Subjects through English. *Language Learning in Higher Education*, 5(2), 353-373.
- Hénard, Fabrice, Diamond, Leslie, & Roseveare, Deborah. (2012). Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice: A Guide for Higher Education Institutions. In OECD (Ed.), *OECD Higher Education Programme - IMHE*: OECD.
- Knight, Jane. (2003). Internationalisation: Meaning and Models. In Michael Smout (Ed.), *Internationalisation and Quality in South African Universities* (pp. 15-36). Pretoria: South African Universities Vice-Chancellors Association.
- Knight, Jane. (2004). Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(1), 5-31.
- Knight, Jane. (2011). Five Myths about Internationalization. *International Higher Education*, 62, 14-15.
- Knight, Jane. (2012). Five Truths about Internationalization. *International Higher Education*, 69(Fall 2012), 4-5.
- Leask, Betty. (2009). Using Formal and Informal Curricula to Improve Interactions Between Home and International Students. *Journal of Studies in International Education*, 13(2), 205-221.
- Leask, Betty. (2012). Internationalisation of the curriculum (IoC) in action - A Guide: Australian Government Office for Learning and Teaching.
- Leask, Betty. (2015). *Internationalizing the Curriculum*: Routledge.
- Marginson, Simon, & Wende, Marijk. (2007). Globalisation and Higher Education: OECD Education Working Papers, No. 8, OECD Publishing.
- Middlehurst, Robin. (2008). Developing Institutional Internationalisation Policies and Strategies: an Overview of Key Issues *Internationalisation of European Higher Education: An EUA/ACA Handbook* (Vol. B 1.1-1, pp. 1-24). Berlin.
- Nilsson, Bengt. (2003). Internationalisation at Home From a Swedish Perspective: The Case of Malmö. *Journal of Studies in International Education*, 7(1), 27-40.

- Nussbaum, Martha. (2002). Education for Citizenship in an Era of Global Connection. *Studies in Philosophy and Education*, 21, 289–303.
- OECD. (2017). *Education at a Glance 2017: Indicators*. Paris: OECD Publishing.
- OpenVMProject. (2019). Open Virtual Mobility Retrieved October 2019, from <https://www.openvirtualmobility.eu/>
- Phillipson, Robert. (2006). English, a cuckoo in the European higher education nest of languages. *European Journal of English Studies*, 10(1), 13-32.
- Reid, L. D., & Radhakrishnan, P. (2003). Race matters: the relation between race and general campus climate. *Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology*, 9(3), 263-275.
- Ritter, Zachary S. (2016). Students' Perceptions of Race and Socio-Economic Status in an American Higher Education Landscape. *Journal of International Students*, 6(2), 367-393.
- Scott, Peter. (2000). Globalisation and Higher Education: Challenges for the 21st Century *Journal of Studies in International Education*, 4(1), 5-10.
- Shailer, Kathryn. (2006). Internationalizing the Curriculum: An Inventory of Key Issues, Model Programs and Resources. *COU Colleagues Working Paper Series* Retrieved 4 May, 2012, from <http://cou.on.ca/wp-content/uploads/2015/07/Academic-Colleagues-Internationalizing-the-Curriculum.pdf>
- Soria, Krista, & Troisi, Jordan. (2014). Internationalization at Home Alternatives to Study Abroad: Implications for Students' Development of Global, International, and Intercultural Competencies. *Journal of Studies in International Education*, 18(3), 261-280.
- Su, Shao-Wen. (2012). The Various Concepts of Curriculum and the Factors Involved in Curricula making. *Journal of Language Teaching and Research*, 3(1), 153-158.
- Teekens, Hanneke. (2013). *Global education - a narrative*. The Hague: Nuffic.
- Wächter, Bernd. (2003). An Introduction: Internationalisation at Home in Context. *Journal of Studies in International Education*, 7(1), 5-11.
- Wamboyea, Evelyn, Adekolab, Abel, & Sergic, Bruno S. (2015). Internationalisation of the campus and curriculum: evidence from the US institutions of higher learning. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 37(4), 385–399.
- Wit, Hans. (2010). Internationalisation of Higher Education in Europe and its assessment, trends and issues. In NVAO (Ed.). Den Haag: Nederlands-Vlaamse Accreditatieorganisatie.
- Wit, Hans de. (2011). Internationalization of Higher Education: Nine Misconceptions. *International Higher Education*, 64(Summer), 6-7.
- Wit, Hans, Hunter, Fiona, Howard, Laura, & Egron-Polak, Eva. (2015). Internationalisation of Higher Education. Retrieved 19 July, 2016, from <http://www.europarl.europa.eu/studies>